

ato próprio pelo Delegado-Geral.

Art. 2º Compete à CDVA:

I - supervisionar, em âmbito Estadual, as atividades desempenhadas quanto à gestão da destinação de veículos automotores apreendidos em procedimentos de polícia judiciária e/ou processos criminais;

II - requisitar, no âmbito interno ou externo, informações relacionadas a veículos automotores apreendidos em procedimentos de polícia judiciária e/ou processos criminais;

III - instar as Autoridades Policiais a adotarem medidas visando à redução de veículos apreendidos sob responsabilidade destas, inclusive quanto a procedimentos de polícia judiciária já concluídos;

IV - requisitar o preenchimento de bancos de dados;

V - estabelecer e padronizar fluxos de trabalhos e modelos de documentos relacionados a veículos automotores apreendidos em procedimentos de polícia judiciária e/ou processos criminais;

VI - prestar orientações quanto à gestão da destinação de veículos apreendidos;

VII - promover, em coordenação com a ACADEPOL, seminários e capacitações visando à profissionalização da destinação de veículos automotores apreendidos em procedimentos de polícia judiciária e/ou processos criminais;

VIII - produzir relatório anual relativo às suas atividades, encaminhando-o ao Delegado-Geral até 20 de dezembro do ano corrente;

IX - encargar-se, na Grande Florianópolis, dos trâmites necessários ao recebimento, no Complexo Administrativo e Logístico de São José, de veículos automotores apreendidos em procedimentos de polícia judiciária e/ou processos criminais daquela circunscrição policial, a ser disciplinada em ato próprio; e

X - adotar outras providências necessárias à consecução das suas finalidades, observadas as normativas de regência.

Das Delegacias Regionais de Polícia (DRPs) e Diretoria de Polícia da Grande Florianópolis (DPGF) em Florianópolis

Art. 3º Compete às DRPs e à DPGF em Florianópolis:

I - indicar o Ponto Focal para, sob sua supervisão, atuar na gestão da destinação dos veículos automotores apreendidos em procedimentos de polícia judiciária e/ou processos criminais das suas subordinadas;

II - resolver, em cooperação com a CDVA, eventuais impasses surgidos no cumprimento da presente Resolução, no âmbito da sua atuação; e

III - desempenhar outras atividades inerentes à gestão da redução do passivo de veículos apreendidos na sua circunscrição policial.

Do Ponto Focal

Art. 4º Fica criado, em cada DRP e no Município de Florianópolis, o Ponto Focal sobre a gestão da destinação de veículos apreendidos, indicado e supervisionado pelo DRP e pelo DPGF em Florianópolis.

§ 1º A indicação do Ponto Focal recairá preferencialmente sobre o ocupante de supervisão administrativa ou operacional no âmbito da circunscrição policial da DRP e DPGF.

§ 2º Aplica-se ao Ponto Focal o previsto no art. 4º da Resolução n.º 7/GAB/DGPC/PCSC de 10/04/2024 (DOE 22.244).

§ 3º A relação dos Pontos Focais deverá ser publicada no Boletim Interno e divulgada pela CDVA mediante e-mail.

Art. 5º Compete ao Ponto Focal, sob supervisão do DRP ou do DPGF em Florianópolis:

I - manter atualizado banco de dados e/ou inventário de veículos automotores apreendidos na circunscrição policial respectiva, ainda que situados em delegacias/pátios/similares de comarca diversa;

II - correlacionar os veículos apreendidos a procedimentos de polícia judiciária e/ou processos criminais, mediante consulta a sistemas informatizados à disposição da PCSC, contato com outras instituições, além de outras diligências cabíveis;

III - cumprir as demandas apresentadas pela CDVA e/ou pela DRP ou pela DPGF em Florianópolis; e

IV - adotar outras providências necessárias à consecução das suas finalidades.

Das disposições finais

Art. 6º As disposições desta Resolução não dispensam a observância das providências determinadas por normas específicas sobre a destinação de veículos automotores apreendidos.

Art. 7º Eventuais dúvidas ou omissões decorrentes da legislação de regência ou desta Resolução deverão ser dirimidas pela CDVA.

Art. 8º Esta revogada a Resolução n.º 012/GAB/DGPC/PCSC/2021.

Art. 9º Fica Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ULISSES GABRIEL
Delegado-Geral da Polícia Civil

Cod. Mat.: 990180

EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PCSC 00111637/2023

A Polícia Civil de Santa Catarina/Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, considerando o disposto nos autos do Processo PCSC 00111637/2023, onde figura como contratada P&M COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ 36.417.713/0001-00, com fundamento no Edital de Pregão Eletrônico nº 049/2023, Item 22 – Das Sanções, 22.1, subitem II - Multa, “a” 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de

9,9%; e na observância da Orientação Técnica nº 004/2010 da Secretaria de Estado da Fazenda, **DECIDE** pela aplicação de multa no valor de **R\$ 411,18**, em razão de 22 (vinte e dois) dias de atraso. Florianópolis, 02maio2024.

Gustavo Oliveira Altemar
Delegado de Polícia Diretor
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenadoria do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 990364

EXTRATO DA DECISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PCSC 00096421/2023

A Polícia Civil de Santa Catarina/Fundo de Melhoria da Polícia Civil, inscrita no CNPJ sob nº 07.188.579/0001-07, considerando o disposto nos autos do Processo PCSC 00096421/2023, onde figura como contratada DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS - ME, CNPJ 37.227.550/0001-58, com fundamento no Edital de Pregão Eletrônico nº 079/2023, Item 22 – Das Sanções, 22.1, subitem II - Multa, “a” 0,33% por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9%; e na observância da Orientação Técnica nº 004/2010 da Secretaria de Estado da Fazenda, **DECIDE** pela aplicação de multa no valor de **R\$ 175,62**, em razão de 6 (seis) dias de atraso.

Florianópolis, 02maio2024.

Gustavo Oliveira Altemar
Delegado de Polícia Diretor
Diretoria de Administração e Finanças
Coordenadoria do Fundo de Melhoria da Polícia Civil

Cod. Mat.: 990366

Polícia Científica

PORTARIA Nº 032/GEPES/DIAF/PCI de 29.04.2024.

A PERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso VI do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, resolve HOMOLOGAR com base no § 4º, do artigo 41 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04.06.1998, e no Decreto nº 153 de 16.04.2003, o período de estágio probatório dos servidores relacionados no Anexo Único desta portaria, confirmando-os no respectivo cargo, nomeados por concurso público, do Quadro de Pessoal do Grupo Segurança Pública – Perícia Oficial, declarando-os estáveis, a partir das datas especificadas.

ANDRESSA BOER FRONZA
Perita-Geral da Polícia Científica de Santa Catarina

ANEXO ÚNICO

| Matrícula | Nome | Cargo | Data da posse | Data da Estabilidade |
|-------------|----------------------------|-----------------------|---------------|----------------------|
| 620758-8-01 | MARCO AURELIO STROISCH | PERITO CRIMINAL | 26/02/2021 | 26/02/2024 |
| 658300-8-01 | LUCAS MORAIS MELO | PERITO CRIMINAL | 26/02/2021 | 10/03/2024 |
| 623764-9-01 | DANIEL JOSE RESENDE SAGGIN | PERITO MÉDICO-LEGISTA | 29/03/2021 | 29/03/2024 |
| 621051-1-01 | TASSIANA DE BOIT MILANEZ | PERITO MÉDICO-LEGISTA | 26/02/2021 | 26/04/2024 |

Cod. Mat.: 990107

PORTARIA Nº 030/GEPES/DIAF/PCI de 26.04.2024.

A PERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso II, alínea “c” do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, resolve DESIGNAR de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85 e conforme processo nº PCI 4114/2024, SIMONE ZANELLA, matrícula 981307-1-01, para responder pelo cargo de Gerente de Finanças e Contabilidade, nível FG-2, em substituição ao titular, CLAUDIO ROBERTO PEREIRA, matrícula nº 221904-2-01, durante o usufruto de férias, no período de 02.05.2024 a 31.05.2024.

PORTARIA Nº 033/GEPES/DIAF/PCI de 29.04.2024.

A PERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso II, alínea “c” do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, resolve DESIGNAR de acordo com o art. 38, da Lei nº 6.745/85 e conforme processo nº PCI 4637/2024, FRANCIELLE BATISTA DUARTE FERREIRA, matrícula 396494-9-01, para responder pelo cargo de Gerente de Gestão

de Pessoas, nível FG-2, em substituição ao titular, ELEAKIN DE ALMEIDA SCREMIN, matrícula nº 981189-3-01, durante o usufruto de férias, no período de 09.05.2024 a 28.05.2024.

ANDRESSA BOER FRONZA
Perita-Geral da Polícia Científica de Santa Catarina

Cod. Mat.: 990108

PORTARIA Nº 035/GEPES/DIAF/PCI de 02.05.2024.

APERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso III do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, com base no art. 58, III e parágrafo único c/c art. 63, I, da Lei no 15.156/2010 e na Portaria nº 005/2024/PCI, de 08/02/2024, resolve:

Art. 1º Disponibilizar 01 (uma) vaga para Perito Criminal Bioquímico, na modalidade de remoção ex-offício, por interesse da administração, para atuação na área de Análises Laboratoriais, com lotação na Superintendência Regional de Polícia Científica em Balneário Camboriú.

Art. 2º Para concorrer à vaga disponibilizada, o interessado deve possuir graduação nas áreas de farmácia generalista e/ou habilitações, química, engenharia química, biologia, bioquímica, biotecnologia ou biomedicina.

Art. 3º Os interessados devem encaminhar seus respectivos currículos, com documentos comprobatórios para pontuação, por meio do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – SGPe, à Diretoria da Academia de Perícia (PCI/DACP), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação desta portaria.

Parágrafo Único. Para fins de cômputo de pontuação serão considerados apenas os cursos ou atividades concluídos até a data de publicação desta portaria.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 036/GEPES/DIAF/PCI de 02.05.2024.

APERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso III do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, com base no art. 58, III e parágrafo único c/c art. 63, I, da Lei no 15.156/2010 e na Portaria nº 005/2024/PCI, de 08/02/2024, resolve:

Art. 1º Disponibilizar 01 (uma) vaga para Perito Criminal, na modalidade de remoção ex-offício, por interesse da administração, para atuação na área de Balística Forense, com lotação na Superintendência Regional de Polícia Científica em Balneário Camboriú.

Art. 2º Os interessados devem encaminhar seus respectivos currículos, com documentos comprobatórios para pontuação, por meio do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – SGPe, à Diretoria da Academia de Perícia (PCI/DACP), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação desta portaria.

Parágrafo Único. Para fins de cômputo de pontuação serão considerados apenas os cursos ou atividades concluídos até a data de publicação desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 037/GEPES/DIAF/PCI de 02.05.2024.

APERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso III do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, com base no art. 58, III e parágrafo único c/c art. 63, I, da Lei no 15.156/2010 e na Portaria nº 005/2024/PCI, de 08/02/2024, resolve:

Art. 1º Disponibilizar 01 (uma) vaga para Perito Criminal, na modalidade de remoção ex-offício, por interesse da administração, para atuação na área de Crimes Contra a Vida, com lotação na Superintendência Regional de Polícia Científica em Balneário Camboriú.

Art. 2º Os interessados devem encaminhar seus respectivos currículos, com documentos comprobatórios para pontuação, por meio do Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos – SGPe, à Diretoria da Academia de Perícia (PCI/DACP), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação desta portaria.

Parágrafo Único. Para fins de cômputo de pontuação serão considerados apenas os cursos ou atividades concluídos até a data de publicação desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 038/GEPES/DIAF/PCI de 02.05.2024.

APERITA-GERAL DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso de suas atribuições e da competência conferida pelo artigo 4º, inciso III do Decreto nº 1.860 de 13.04.2022, publicado no Diário Oficial do Estado nº 21.752 de 18.04.2022, com base no art. 58, III e parágrafo único c/c art. 63, I, da Lei no 15.156/2010 e na Portaria nº 005/2024/PCI, de 08/02/2024, resolve:

Art. 1º Disponibilizar 01 (uma) vaga para Perito Criminal, na modalidade de remoção ex-offício, por interesse da administração, para atuação na área de Perícias Ambientais, com lotação na Superintendência Regional de Polícia Científica em Caçador.

Art. 2º Os interessados devem encaminhar seus respectivos currículos, com documentos comprobatórios para pontuação, por meio